

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTO DE AUSÊNCIA DE PLURIATIVIDADE EM UMA PROPRIEDADE DO ASSENTAMENTO CUPÍUBA, CASTANHAL-PA

Cleuma Maria Pereira Cardoso¹; Pablo Radamés Cabral de França²; Maria Vitória Neves Silva de Oliveira³.

¹Pós-graduada em Produção Vegetal- Instituto Federal do Pará campus Castanhal, Mestranda em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares- Instituto Federal do Pará campus Castanhal; ² Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará campus Castanhal; ³Mestranda em Produção Vegetal- UENF.

RESUMO

O estudo analisa a pluriatividade e a reprodução social em uma propriedade de agricultura familiar no Assentamento Cupiúba (PA). Por meio de estudo de caso, constatou-se ausência de pluriatividade, com renda exclusivamente agrícola e uso de mão de obra familiar. Apesar das limitações estruturais e de gestão, a unidade apresenta desempenho produtivo satisfatório, sustentado pela diversificação interna da produção, evidenciando relativa estabilidade econômica.

Palavras-chave: Gestão; Produção Agrícola; Renda.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento rural brasileiro, sendo responsável pela produção de alimentos, geração de renda e manutenção das dinâmicas sociais no campo. No entanto, as limitações estruturais, as oscilações de mercado e o acesso restrito a políticas públicas impõem desafios à reprodução social dessas famílias.

Nesse contexto, a pluriatividade tem sido amplamente discutida como uma estratégia de diversificação da renda no meio rural, caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da unidade familiar (Schneider, 2003). Tal estratégia é frequentemente apontada como alternativa para reduzir a vulnerabilidade econômica e ampliar a estabilidade das famílias rurais.

Entretanto, conforme destaca Wanderley (2003), a agricultura familiar não apresenta um padrão homogêneo, sendo possível identificar unidades produtivas que permanecem centradas exclusivamente na atividade agrícola. Abramovay (2012) reforça que as estratégias adotadas pelos agricultores dependem das condições de inserção econômica, social e territorial.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a reprodução social em uma unidade agrícola familiar não pluriativa, localizada no Assentamento Cupiúba em Castanhal-PA, considerando um contexto em que a renda familiar é exclusivamente proveniente da atividade agrícola e fundamentada no trabalho familiar.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, com abordagem qualitativa e descritiva, realizado em uma propriedade rural localizada no Assentamento Cupiúba, no município de Castanhal-PA.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado, abrangendo aspectos sociais, econômico-produtivos, organizacionais e de gestão. Os dados foram obtidos diretamente com o casal responsável pela unidade produtiva.

Para a análise, foram consideradas variáveis como fonte de renda, atividades desenvolvidas, uso da força de trabalho, organização produtiva e estratégias de gestão. A

propriedade alvo da pesquisa, estabeleceu-se os seguintes critérios: propriedades que não apresentam pluriatividades, ou seja, cuja renda familiar depende exclusivamente da produção agrícola e que não utilizam mão de obra terceirizada. A interpretação dos dados foi orientada pela literatura sobre agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural adotada na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam que a propriedade analisada apresenta características típicas da agricultura familiar, conforme definido pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), a propriedade tenha um tamanho menor que quatro (4) módulos fiscais, com predominância do trabalho familiar, gestão realizada pelos próprios produtores e renda oriunda exclusivamente da atividade agrícola.

Diferentemente do que é amplamente discutido na literatura, a pluriatividade não se manifesta como estratégia de reprodução social nesta unidade produtiva. A família não desenvolve atividades não agrícolas, e não possui fontes complementares de renda, o que demonstra forte dependência da produção agrícola.

Essa condição pode ser interpretada, conforme Schneider (2003), como indicativa de limitações estruturais que restringem a diversificação das atividades econômicas. Ao mesmo tempo, revela uma estratégia de especialização produtiva, centrada na produção dos recursos disponíveis na propriedade.

A produção agrícola é diversificada internamente, incluindo fruticultura, olericultura e criação de pequenos animais, com destaque para o cultivo de mamão, responsável por grande parte da produção. Essa diversificação interna contribui para o autoconsumo e para a geração de excedentes comercializáveis, mas não caracteriza pluriatividade, uma vez que permanece restrita ao setor agrícola. Essa realidade produtiva corrobora a perspectiva de Matte et al. (2022), para quem a análise do desempenho econômico e das potencialidades da agricultura familiar exige a compreensão de fatores integrados, como o perfil socioeconômico da família, o nível de organização do produtor, o acesso a informações e políticas públicas, além das condições produtivas e de mercado.

A comercialização ocorre por meio de venda direta ao consumidor, feiras locais e atravessadores, sendo a renda familiar equivalente a aproximadamente um salário-mínimo. A ausência de outras fontes de renda evidencia a vulnerabilidade econômica da família frente às oscilações de preços e às condições de mercado.

Além disso, verificou-se que não há contratação de mão de obra terceirizada mesmo que temporária, sendo todas as atividades realizadas pelo casal de produtores. Essa característica reforça o modelo clássico da agricultura familiar, conforme descrito por Wanderley (2003), no qual a unidade produtiva se estrutura a partir da articulação entre família, trabalho e propriedade.

No âmbito da gestão, observou-se ausência de controle formal de fluxo de caixa e de planejamento sistematizado, a principal dificuldade relatada pelos produtores refere-se à variação de preços dos produtos agrícolas, fator que impacta diretamente na estabilidade da renda.

Outro aspecto relevante refere-se ao distanciamento da família em relação à associação local, motivado por conflitos internos e falta de alinhamento com os interesses coletivos. Essa ausência de participação em organizações coletivas pode limitar o acesso a benefícios como capacitação, assistência técnica e melhores condições de comercialização. Por outro lado, a adesão a cursos de capacitação técnica surge como uma ferramenta estratégica para o produtor

rural, pois amplia o domínio sobre métodos que otimizam a organização da propriedade e corrigem fragilidades na gestão. Além de fortalecer a administração interna, essa formação proporciona mecanismos práticos e acessíveis para aprimorar a comercialização dos produtos, mitigando as perdas geradas pelo isolamento associativo (LOPES e BONSUCESSO, 2024).

Dessa forma, a ausência de pluriatividade, associada à baixa inserção em organizações coletivas e à fragilidade na gestão, evidencia um cenário de dependência produtiva e potencial vulnerabilidade econômica. No entanto, observa-se que, apesar dessas limitações, a unidade agrícola consegue manter um desempenho produtivo e financeiro satisfatório, sustentado pela diversificação interna da produção, pela organização do trabalho familiar e pelas estratégias de comercialização adotadas.

Tabela 1: Dados de aspectos sociais, econômico-produtivos, organizacionais e de gestão da propriedade rural
ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICO-PRODUTIVOS, ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO

Presença de pluriatividade	Não
Fonte de renda	Restrita à produção agrícola da propriedade
Produção agrícola diversificada	Sim
Comercialização	Venda direta ao consumidor, feiras locais e atravessadores
Contratação de mão de obra	Não
Controle de fluxo de caixa	Não
Participação na associação local	Não

Fonte: Autora (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a propriedade analisada no Assentamento Cupiúba apresenta uma estratégia de reprodução social baseada exclusivamente na atividade agrícola e no trabalho familiar, sem adoção de práticas de pluriatividade.

Essa condição evidencia tanto a permanência de um modelo tradicional de agricultura familiar quanto limitações estruturais que dificultam a diversificação das fontes de renda. Ainda assim, os resultados demonstram que a unidade produtiva consegue alcançar um nível satisfatório de rendimento econômico e produtivo, mesmo diante da dependência exclusiva da atividade agrícola.

A diversificação interna da produção, aliada às formas de comercialização adotadas, contribui significativamente para a geração de renda e para a manutenção da unidade familiar, indicando que, mesmo em contextos de restrição, é possível alcançar relativa estabilidade econômica.

Diante disso, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, especialmente no que se refere à assistência técnica, capacitação em gestão e ampliação das oportunidades de inserção econômica, visando potencializar os resultados já alcançados pelos produtores.

Por fim, ressalta-se que este estudo constitui uma etapa inicial de investigação, podendo ser ampliado futuramente com a inclusão de outras unidades produtivas, permitindo análises comparativas entre diferentes estratégias de reprodução social no Assentamento Cupiúba.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-UyhwxOIPA4C&oi=fnd&pg=PA29&dq=ABRAMOVAY,+Ricardo.+Paradigmas+do+capitalismo+agr%C3%A1rio+em+quest%C3%A3o.+Edusp,+2012.&ots=6O2U-gHo-1&sig=RMOSil76vspFCrsHXeHkzy_AAnk&redir_esc=y#v=onepage&q=ABRAMOVAY%2C%20Ricardo.%20Paradigmas%20do%20capitalismo%20agr%C3%A1rio%20em%20quest%C3%A3o.%20Edusp%2C%202012.&f=false. Acesso em: 21 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 21 abr. 2026.

LOPES, Clêiton De Jesus; BONSUCESSO, Josemário Santana. Plano de formação contábil para associações de produtores rurais. **Boletim Técnico - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente**, n. 4, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://boletimtecnicounimam.emnuvens.com.br/bt/article/view/8>. Acesso em: 21 fev. 2026.

MATTE, Alessandra et al. Agricultura familiar e desenvolvimento rural: cenários contemporâneos e questões em debate. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01-09, 2022. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6996>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade¹. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 42, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PI7aM4A_hqgC&oi=fnd&pg=PA42&dq=WANDERLEY,+Maria+Nazareth+Baudel.+Agricultura+familiar+e+campesinato:+rupturas+e+continuidades.+In:+TEDESCO,+Jo%C3%A3o+Carlos.+Agricultura+familiar:+realidades+e+perspectivas.+Passo+Fundo:+UPF,+2001.&ots=VYkEnd2-ya&sig=UUDoxPaM29M6buHl5rbzWwUnnz&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 21 abr. 2026.